

CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS ◊ UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA 1998 N.º 17

HOMENAGEM AO DOUTOR J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA



LUGARES E CAMINHOS NO MUNDO PRÉ-ROMANO DA BEIRA INTERIOR

Raquel Vilaça^{*}
André Santos^{**}
Eduardo Porfírio^{**}
João Marques^{**}
Nuno Canas^{**}

1. INTRODUÇÃO

Partindo dos registos conhecidos respeitantes à ocupação humana da Beira Interior de finais do II / I milénio a.C. e das leituras que deles fazemos, este texto procura captar as grandes linhas de força que pautaram e articularam o “espaço vivido”, à época, na região.

O período que pretendemos analisar cobre um lapso de tempo demasiado amplo – cerca de 800 anos –, designado pelos arqueólogos por “Bronze Final” e “Idade do Ferro”. A quantidade e qualidade da informação disponível acantonam-se, porém, no período de transição do II para o I milénio a.C., isto é, “Bronze Final” / “Ferro Inicial”, que também poderemos denominar pela expressão de “Proto-história Antiga”. Nele incidiremos a nossa atenção sem, contudo, perder de vista o resto do milénio.

Definida, caracterizada e preenchida a região com os múltiplos registos correspondentes aos testemunhos do passado, há que encontrar uma explicação verosímil para a sua distribuição, pois nem aquela foi mero receptáculo, nem esta foi, decerto, aleatória nem, tão pouco, carecida de motivos. E importa também vislumbrar os caminhos percorridos e identificar os principais pontos nodais de cruzamento e de ligação a todos os demais.

Contrariamente ao estudo das vias romanas e das calçadas medievais, não é com documentos escritos ou mesmo com vestígios materiais, que podemos definir e estudar os caminhos pré e proto-históricos. Estes não têm qualquer tradução física ou materializada no terreno. Mais do que em qualquer outra situação, é bem certa, aqui, a máxima de que “os caminhos se fazem caminhando”. Com efeito, não podemos recuperar a materialidade de algo que, embora real, logo se dissipou, depois do último passo, sem deixar rasto visível.

A sua delineação e a sua história só podem fazer-se com a recuperação dos respectivos contextos geográficos, em função da orografia e das bacias hidrográficas, uma vez conjugados com os lugares que os sustentavam. Mais do

que marcar caminhos, apenas poderemos intuir e sugerir os seus rumos e orientação, as zonas habituais de passagem, pois, decerto, só raramente os trilhos se decalariam e coincidiriam no terreno (VILAÇA, 1995a, p. 410). São caminhos que não passam de toscos bosquejos, ficando muito aquém de uma qualquer segura delimitação e identificação.

2. A BEIRA INTERIOR

Seria presunção da nossa parte discorrer, numa publicação desta natureza, sobre os conceitos de espaço e região, paisagem e território. Mas importa ter presente que neste estudo partimos de um espaço – a Beira Interior –, para procurar apreender um território que foi sendo construído e reconstruído, vivido e representado, ou, se quisermos, um espaço histórico, cuja existência fluiu no tempo e se foi moldando em função da forma como as comunidades dele se foram apropriando e manipulando. Aquele está lá, independentemente de o observarmos ou não e nele se inscrevem uma série de elementos como o relevo e as rochas, as águas e os solos, o clima e a vegetação; o segundo resulta daqueles que o foram habitando e explorando e nele se foram incorporando, chegando-nos filtrado pela distinta valorização que atribuímos aos vestígios materiais do passado e pela maneira como os observamos, isto é, depende, em última instância, de nós.

Se é certo que o princípio que rege a utilização do espaço pelo homem é o da optimização, isto é, o de maximizar com o mínimo de esforço, nem sempre podemos, e nunca devemos apenas, encarar o comportamento espacial numa perspectiva exclusivamente racional e economicista. A natureza, a frequência e os motivos que estão na base da fixação e da mobilidade dos grupos humanos decorrem da conjugação de diversos factores, nomeadamente dos condicionantes impostos pelo meio físico, do domínio das técnicas de transporte e de comunicação, do nível de desenvolvimento sócioeconómico e da conceptualização que cada comunidade tem e faz do mundo.

A região que aqui designamos por Beira Interior favoreceu, como veremos, o desenvolvimento das comunidades da Proto-história Antiga, culturalmente marcadas por um espírito de grande abertura ao mundo de então.

^{*} Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.

^{**} Alunos do curso de História – variante de Arqueologia. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.

Genericamente, os limites adoptados percorrem, a norte, a Cordilheira Central, com as serras da Gardunha e da Malcata e ainda os contrafortes orientais da Estrela; a este e a sul são definidos, respectivamente, pelos rios Erges, que também demarca a fronteira política, e pelo Tejo; a poente, o Ocreza e as serras do Muradal, Alvelos e Vermelha rematam a região.

Todo este espaço apresenta determinados traços que lhe emprestam uma certa unidade, não obstante a existência de diversas sub-regiões justapostas com características geomorfológicas e ecológicas distintas.

Por um lado, o seu posicionamento no extremo centro-occidental peninsular, entre duas das mais ricas áreas produtoras de metal – o Noroeste e Beira Alta com estanho, o Sudoeste com cobre –, conferia-lhe o estatuto de quase passagem obrigatória para essas outras zonas mais ricas, produtoras ou vocacionadas para o escoamento de produtos. Por outro, a sua particular orografia facilitava toda essa fluidez. Trata-se de uma região marcada por vastas áreas planas, onde os raros e maiores obstáculos são já periféricos, e sempre rasgados por “corredores naturais” de fácil circulação, como o que se forma, com cerca de 10 km de largura, emparedado pelas serras xistosas da Gardunha e da Malcata / Mesas (RIBEIRO *et al.*, 1987, p. 151). Os outros relevos que ponteiavam a região, como os peculiares “montes-ilhas”, imponentes e abruptos, longe de dificultarem a passagem, constituíram os verdadeiros pólos de agregação e fixação das comunidades.

Mas também a sua própria valia metalúrgica, ao mesmo tempo variada e complementar – trata-se de uma das raras regiões onde se associam alguns minérios de cobre e de estanho, imprescindíveis ao fabrico do bronze – terá atraído e fixado as comunidades. Particularmente célebres eram as areias auríferas e estaníferas dos seus rios e ribeiros – Tejo, Erges, Ponsul, Aravil, Ocreza, Paúl, médio Zêzere e afluentes –, como assinalam Catulo, Plínio e Estrabão.

Por estas e por outras características já minuciosamente sublinhadas (VILAÇA, 1995a, pp. 66-74), a Beira Interior comportou-se como uma região à partida favorecida pelos seus recursos e pelo seu posicionamento, que atraiu populações e lhes facilitou a circulação.

3. OS LUGARES E A SUA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Pelo que conhecemos dos lugares habitados de inícios do I milénio a.C. da Beira Interior, podemos afirmar que tinha sido já alcançada uma plena sedentarização. Embora distintos na dimensão e na organização interna, por certo também, na função – aspectos que aqui não cabe discutir –, nenhum dos povoados revelou riqueza significativa: não foram detectados acervos notórios de excedentes, não se verificou uma acumulação de metal, não se identificaram sinais de intensificação de actividades nem as forças produ-

tivas parecem ter alcançado um nível supra-familiar. Todavia, estamos perante comunidades que consideramos ricas e poderosas. Temos, portanto, de procurar noutros lugares outras formas de riqueza e de poder.

Numa época caracterizada por uma intensa circulação de bens – minérios, metais e outros, como peles e couros, tecidos, gado, etc. –, o controlo das rotas de acesso às áreas mineiras e de circulação desses bens seria fundamental. A maior riqueza dos povoados provinha, assim, das terras em que se encontravam, também elas não excessivamente ricas, mas que conduziam, sem obstáculos, a outras mais ricas. E o poder incidia no domínio do território e no controlo das rotas de passagem obrigatória que naquelas se entrecruzavam.

O domínio territorial seria um bem de preciosidade ímpar, susceptível de trazer poder, mas que tinha um preço: a sua defesa. A estratégia adoptada foi a de disseminar e distribuir habilmente a população por pequenos núcleos alcantilados, que funcionaram como verdadeiros guardiões do território. Por isso encontramos, sistematicamente, povoados que desfrutavam de uma inequívoca posição de domínio, em termos de defesa, de visualização e de controlo. A população acantonava-se no cimo dos montes, não tanto para se defender, mas para controlar visualmente o território imediato e mais longínquo. Defende-o não com armas, que são em número insignificante, mas com vigilância permanente acrescida da manipulação ideológica da cultura material, designadamente do simbolismo guerreiro.

Com efeito, a esmagadora maioria dos povoados desfruta de uma grande, diversificada e complementar visibilidade, não só direccionada, de cada um para o respectivo território, mas mutuamente relacional e recíproca, dando origem a uma cadeia de intervisibilidades que permitia efectuar trocas de informação à distância. Por desfrutarem de um posicionamento e visibilidade ímpares, a alguns desses povoados – Moreirinha / Monsanto, Covilhã Velha, Cabeça Gorda e Quinta da Chandeirinha – caberia ainda o essencial papel de estabelecerem o ponto de ligação entre diversos núcleos geograficamente mais afastados. Assim se teriam fomentado fortes relações entre as várias comunidades, a este nível dependentes entre si, o que não dispensaria, porém, a existência de lideranças locais controladoras do “tráfego” territorial que os tempos de então exigiam.

Os povoados da Proto-história Antiga da Beira Interior não foram, portanto, só lugares onde se vivia. Para além de gozarem de um forte impacto visual na paisagem, isto é, verdadeiros “monumentos naturais” (VILAÇA, 1995b), comportaram-se como peças fundamentais de um dos mais antigos processos de territorialização da região. Pela sua topografia, fisionomia e distribuição, delineando e articulando caminhos, podem ser encarados como componentes de uma paisagem social.

4. CAMINHOS E CAMINHANTES

Como vimos, os caminhos do I milénio na Beira Interior só podem ser intuídos e esboçados em função do espaço natural e da distribuição e organização dos pontos de partida e de chegada ou, simplesmente, dos testemunhos de passagem. E ainda que os núcleos de povoamento em análise devam ser classificados de sedentários, não deixaram de possuir o seu lado de mobilidade, pois como foi justamente sublinhado, as sociedades – nómadas ou sedentárias – são sempre mais ou menos móveis, podendo envolver três componentes básicos de movimentos: o nomadismo (com várias matizes), as migrações (onde inclui a transumância) e as deslocações (INGOLD, 1986, p. 194).

Tal como noutras épocas, os caminhos pré e proto-históricos também terão sido diversos. Se não podemos falar no “caminho do pão”, no “caminho da feira”, no “caminho da missa” ou no “caminho da corte” (ALMEIDA, 1995, p. 341), devemos ter presente que outros caminhos, de natureza e com ritmos distintos, iam sendo trilhados; quotidianos e frequentes, cíclicos, sazonais e anuais, raros, excepcionais e irregulares, já para não contar com os enganos que sempre ocorreram, indígenas e vizinhos, forasteiros e aventureiros deram vida aos caminhos que se iam tecendo.

Factores que hoje classificamos de económicos tiveram, evidentemente, um peso importante na definição dos caminhos. Relacionados em particular com a aquisição de matérias-primas e bens alimentares de primeira necessidade, como a água, a lenha, o pastoreio, os produtos agrícolas e silvestres, do bosque ou da floresta, esses percursos eram, em princípio, diários, sempre com ida e volta, pendulares e em direcções múltiplas, definindo “territórios de exploração” e “territórios de captação” de recursos. A sua amplitude não poderia ir além da metade da distância máxima do lugar de origem. São caminhos quotidianos, frequentados, se não por todos, pelo menos pela esmagadora maioria dos habitantes de cada núcleo. São deslocações que expressam, de facto, não só um modo de territorialização, como de apropriação da terra.

Diversos elementos concorrem para atribuímos às comunidades em análise uma particular faceta pastoril. Além dos restos alimentares recolhidos em três povoados – Monte do Frade (Penamacor), Alegrios e Moreirinha (Idanha-a-Nova), todos eles de fauna domesticada – *capra*, *bos* e *sus* –, outros dados arqueológicos associados à preparação e consumo de carne em banquetes rituais, à prática de sacrifícios de animais, ou ao tratamento de peles e de couros – espeto e caldeirão da Cachouça (Idanha-a-Nova), “tranchets” do Monte do Frade e do Monte do Trigo (Idanha-a-Nova) – demonstram a importância desempenhada pelo gado no seio das comunidades do I milénio a.C.

Sem querermos ser perentórios na defesa da existência de transumância em tempos pré e proto-históricos, que alguns fazem remontar ao megalitismo, nada obsta a que essa prática, de resto variada – transumâncias normais,

inversas, de montanha a montanha, etc. (RIBEIRO, 1940-41, p. 257) – não tivesse sido já então praticada, nomeadamente numa região onde esse “modo de vida” é ancestral, conforme referem diversos forais (séc. XII a XVI) (TRINDADE, 1981, p. 38). É possível que entre as comunidades mais ricas, possuidoras de um elevado número de cabeças de gado, alguns dos seus membros se deslocassem a acompanhar os gados e protegidos pelos cães, de que também há notícia pelas marcas de mordidelas gravadas em alguns restos alimentares (ANTUNES, 1992).

Outros itinerários, menos percorridos, terão igualmente tido a sua expressividade e especificidade. Ainda de cariz económico, como a exploração de determinadas matérias-primas – argilas, pedra e minérios, por exemplo –, ou de índole religiosa, como a visita a lugares sagrados – ao santuário rupestre do Vale do Tejo e porque não também a Monsanto? Os primeiros certamente sazonais e envolvendo apenas uns quantos elementos; os segundos cíclicos ou sempre que a natureza lembrava aos homens a existência dos deuses, arrastando populações inteiras. Uns e outros, ainda de ida e volta.

Alguns outros rumos eram, no entanto, unidireccionais e longínquos. Defendemos já que a integração sociopolítica e a própria sobrevivência das comunidades em análise, quase todas muito pequenas, não dispensariam a circulação e a troca de mulheres entre comunidades regionais e inter-regionais (VILAÇA, 1995b). As alianças matrimoniais envolveriam particularmente as mulheres de mais alto *status* que, consigo, levariam riqueza e bens exóticos de outras terras e ainda um séquito para as proteger. Esses caminhos que elas pisavam não tinham, porém, retorno.

Mas sem dúvida que as rotas emblemáticas da época, e também da região, foram as que o metal ajudou a forjar. Numa época pautada por uma intensificação da produção, do consumo e da circulação do bronze, percorriam-se os caminhos que levavam às fontes de matérias-primas, às zonas onde era produzido o bronze e às regiões com aptidão para o escoar. Muitas destas viagens podiam ser – e foram-no necessariamente – de longo curso, interligando regiões distintas, aproximando comunidades culturais discretas, cruzando e transformando modas, crenças e formas de pensar. Porque a produção, o consumo e a circulação do bronze nos inícios do I milénio a. C. foram demasiado complexos e subtis (VILAÇA, 1997), aquele papel não poderia ter sido exclusivo da figura de “mercador-itinerante” criada por Gordon Childe (1973, pp. 90-91) que é, e certamente continuará a ser, um dos pomos de discórdia entre os arqueólogos. Há que dar voz aos residentes, entre os quais se destacam os “agentes de circulação do metal” (VILAÇA, 1995a, p. 420) que, talvez sendo também produtores, lideravam e coordenavam as trocas de nível superior e inter-regionais, onde se incluem, além da sucata, determinados artefactos de bronze e variados “bens de prestígio” (VILAÇA, 1997).

Se dos caminhos não há vestígios materiais, dos meios de transporte ainda menos, o que não admira.

Varela Gomes vê na figuração de um carro com quatro rodas maciças atrelado a um bovídeo no Santuário do Escoural (Montemor-o-Novo) um indicador da utilização de caminhos mesmo rudimentares (GOMES, 1992, p. 17). É certo que, pelo menos desde o IV-III milénio a.C., no âmbito da “Revolução dos Produtos Secundários” (SHERRATT, 1983), a utilização dos animais na tracção e no transporte parece ter sido um facto. Mas cremos que o uso do carro como meio de transporte continuou a ser durante muito tempo excepção, não a regra. Pelo menos, para a época, os dados que nos chegam assim o sugerem: os carros são rituais, sagrados, de parada ou funerários, e conservaram-se sob a forma de miniaturas ou simplesmente figurados, conforme mostram determinadas “estelas extreme-nhas”.

Como defendemos, os meios mais rápidos, mais práticos e com menos custos, por isso também os mais usuais e os que verdadeiramente definiram os caminhos, seriam a montada e os percursos pedestres (VILAÇA, 1995a, p. 412).

O cálculo da média de distâncias percorridas diariamente depende, como é óbvio, de diversos factores, a começar pelo tipo de transporte utilizado. Considerando que os percursos a pé seriam os mais frequentes, foi sobre esses que incidiu a nossa atenção. REID (1986), baseando-se em informações etnográficas, indica que os percursos a pé, de homens e animais carregados, podiam oscilar entre 27 e 32 km por dia (referido por RUIZ-GALVEZ PRIEGO, 1992, p. 96). Esta autora recorreu, por sua vez, a relatos de viajantes do século XV ao XIX e propõe médias a pé de 20 km por dia (RUIZ-GALVEZ PRIEGO, 1992, p. 97). Por outro lado, a rota de transumância, de cerca de 100 km, compreendida entre S. Romão / Seia e as “Campanhas de Idanha”, era suprida, nas calmas, em cinco dias, ou seja, à razão de cerca de 20 km por dia (RIBEIRO, 1940-41, pp. 252-253). Também o *justum iter* da infantaria no exército romano correspondia a 15 km e o *magnum iter* a 30 km (CHEVALLIER, 1972, p. 224). Conjugando todos estes dados, é certo, de natureza e épocas distintas, podemos estimar que uma média diária de 23/25 km poderia ser facilmente praticada por um caminhante, mesmo com carga.

A distribuição dos povoados da Beira Interior (em número de 28) e a distância média entre o “vizinho mais próximo”, permitem-nos defender a existência de uma fácil intercomunicação, já que treze daqueles povoados (S. Gens, Cachouça, Monte do Frade, S. Roque, Tapada das Argolas, Covilhã Velha, etc.) se distanciam, em média, 7,5 km do seu mais próximo; logo a seguir, encontram-se oito (Moreirinha, Alegrios, Castro de Caria, Quinta da Chandeirinha, etc.) que, do seu mais próximo, apenas se separam 2,4 km em média. Assim, os contactos não só eram feitos à distância, em termos de visualização, como também no terreno, caminhando. Vários povoados podiam ser visitados num só dia sem qualquer dificuldade.

Múltiplos caminhos podem ser conjecturados na Beira Interior.

A um nível inter e supra-regional, esse espaço era rasgado por dois eixos genericamente orientados pelos pontos cardeais.

O papel de destaque coube, indiscutivelmente, ao Tejo. Correndo com uma orientação aproximada de nascente para poente, o Tejo, nos seus cerca de 1000 km de comprimento, mais do que um eixo fluvial, foi uma via flúvio-marítima, ligando o interior oriental da Península ao Atlântico. Com ele chegaram estímulos culturais meseténicos e continentais, marítimos e atlânticos, que aqui se misturaram.

Embora afastada, a Beira Interior não estava longe do Atlântico. Acompanhando as margens do Tejo ou usufruindo da sua navegabilidade, possível desde a foz até Alvega e Vila Velha de Ródão (GASPAR, 1970, Fig. 1), múltiplos pontos de apoio – e controlo –, ocupados à época, denunciam o seu papel cimeiro: Alpiarça, Santarém, Abrantes, Castelo Velho do Caratão, este registando já uma inflexão para NE. Paradoxalmente, ou talvez não, desde a zona de Vila Velha de Ródão até à fronteira com Espanha, não são conhecidos lugares habitacionais de inícios do I milénio a.C. relacionados com o Tejo. Esse espaço, que o santuário rupestre do Vale do Tejo há muito tinha sacralizado, estaria vedado, nesta altura, a actividades profanas. O único registo corresponde às estruturas 1 e 2 do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo), de eventual carácter habitacional, mas muito especial: para além de se ter recolhido numa das estruturas uma urna com ossos humanos calcinados, isto é, uma sepultura de incineração (CARDOSO *et al.*, 1997), deverá também ser valorizado na interpretação daquelas estruturas o contexto espacial em que se encontram e no qual há a assinalar a existência de vários afloramentos com “covichas”. Só mais tarde, em finais do milénio e quando o santuário está já desactivado, encontramos povoados como o Castelejo (Tostão, Vila Velha de Ródão) (HENRIQUES e CANINAS, 1986) ou a Grelheira (Rosmaninhal) (HENRIQUES *et al.*, 1993).

O Sul e o Mediterrâneo também estavam à porta e com eles chegaram outros impulsos de cariz oriental que condimentaram o fundo indígena e “atlantizado” da região. O Tejo podia ser cruzado por alturas de Montalvão ou, talvez com menos obstáculos, a montante, pelo vau de Alconétar (Cáceres), na zona de confluência com o Almonte.

Ultrapassado o Tejo e observando o mapa da figura 1 são diversos os caminhos que podemos vislumbrar, sendo difícil optar por um que se tivesse, de facto, destacado. Cremos, contudo, ser possível acompanhar três vias ascendentes, talvez a partir do importante núcleo de S. Martinho, perto de Castelo Branco, onde, por sua vez, confluíam outras duas rotas: uma vinda desde a área do santuário rupestre do Vale do Tejo e a outra a partir de São Domingos e Monforte.

Um dos percursos acompanharia o Ponsul, pelo menos desde S. Martinho, até muito perto do seu curso superior. Nele destaca-se o núcleo formado pelas estações do Monte do Trigo, Cabeça Alta, Idanha-a-Nova e Cachouça. A partir daqui, o rumo parece desviar-se e orientar-se para nor-

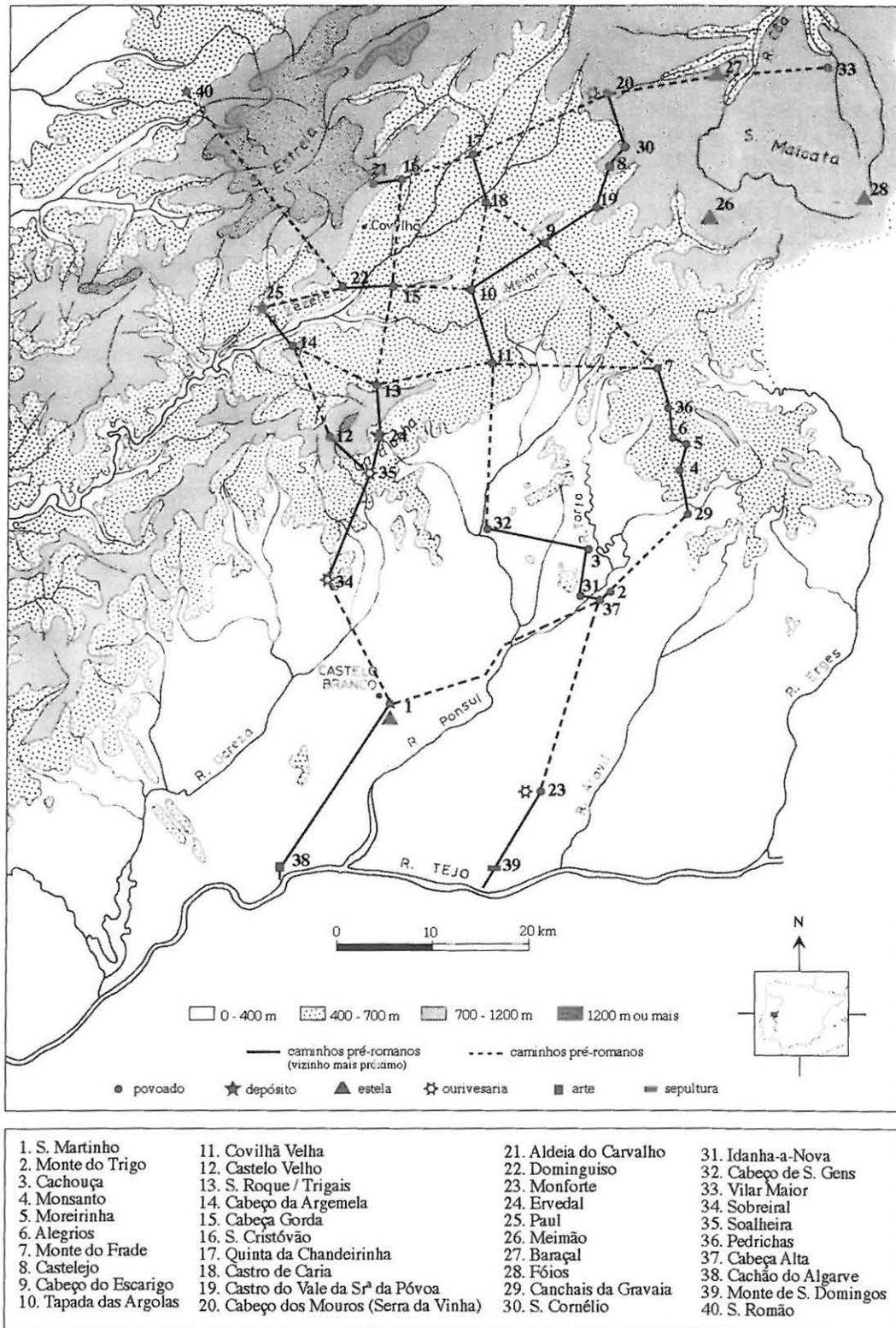


Fig. 1

te, onde um importante conjunto de povoados marca presença: Moreirinha, Alegrios, Pedrichas, Monte do Frade e Monsanto (?). A rota parece dirigir-se depois para o Alto Côa e extremo ocidental da Meseta, passado pelo castro do vale da Sr^a da Póvoa, Castelejo, S. Cornélio, Cabeço dos Mouros e Vilar Maior, este último conhecido pelo achado de uma espada, mas correlacionável com um povoado, como suspeitávamos (VILAÇA, 1995a, pp. 86-87) e que achados recentes de cerâmicas parecem ter confirmado.

A passagem para este mundo mais setentrional corresponde ao “corredor natural”, já atrás referido, com cerca de 10 km de largura que se abre entre a Gardunha e a Serra da Malcata. O seu controlo e, conseqüentemente, a passagem das planícies meridionais para a superfície da Meseta, poderia estar a cargo da pequena atalaia, que identificámos por sector A, existente no castro da Covilhã Velha (Vale de Prazeres) (VILAÇA *et al.*, 1997). Por ela passaria, vinda de S. Martinho e de S. Gens, uma segunda via dirigida para norte e cruzando os castros de Caria e da Quinta da Chandeirinha.

No sentido sul / norte, uma terceira via mais ocidental, vinda de S. Martinho, cruzaria os contrafortes da Gardunha, dirigindo-se para a Estrela, que atravessava, talvez em direcção ao castro de S. Romão (Seia). Os únicos depósitos de bronze da região – o da Quinta do Ervedal e o de Paúl – que reúnem a maior quantidade de metal de toda a Beira Baixa, encontram-se nesta direcção. Este tipo de testemunho marcaria, simbolicamente, as fronteiras e os pontos de passagem entre zonas habitadas e áreas desérticas (GÁLAN DOMINGO, 1993). Em termos de passagem, a Cova da Beira terá, sem dúvida, desempenhado um assinalável papel. Num dos seus extremos encontramos o Cabeço da Argemela “povoado de ponta”, controlando a entrada ou a saída da rota que se levaria ao outro lado da serra, até S. Romão. Esse mesmo caminho, em sentido inverso, tomava uma das rotas de transumância, desde Valezim, Alvoco, Loriga e Tortozendo; aqui atravessava a Cova da Beira, até ao Fundão, Alpedrinha, Orca, S. Miguel d’Acha, Oledo e Idanha-a-Nova (RIBEIRO, 1940-41, pp. 252-253; LUCAS, 1965, p. 51).

Na parte mais setentrional da região em análise é possível delinear mais três percursos transversais: um cruzando a Covilhã Velha, outro aproveitando a bacia da Meimosa e passando pela Tapada das Argolas, seguindo depois para a Cova da Beira, e o último ligando a periferia ocidental do planalto da Guarda / Sabugal, na zona que dá acesso à riquíssima região estanífera do Alto Zêzere, e onde se destacam a Quinta da Chandeirinha, o Castelejo e as minas (de cobre) de Quarta Feira.

Por outro lado, da leitura da figura 2 poderá ficar-se com a ideia de que a teia de caminhos pré-romanos era muito mais complexa do que a rede viária romana, o que seria, de facto, absurdo. Essa imagem mostra apenas como são ainda incipientes os nossos conhecimentos sobre esta matéria, pois se demasiados caminhos assinalámos foi por

incapacidade de identificar os verdadeiramente importantes e passíveis de terem sido realmente percorridos.

Se as propostas que conjecturámos para os caminhos pré-romanos não passam de isso mesmo, exigindo novas reflexões e, decerto, correcções, é inegável que se verifica uma notável, ainda que parcial, coincidência ou aproximação, entre esses caminhos por nós delineados, as vias romanas e as ancestrais rotas de transumância que, por vezes, se confundem e identificam nesta região do centro de Portugal. Cremos, por isso, ser defensável que as origens dos caminhos e das vias antigas nesta região não só são remotas, como os seus vectores estruturantes foram logo de início forjados.

Agradecimentos

Agradece-se ao Dr. António Silva pela colaboração no tratamento informático das figuras 1 e 2; ao Sr. Francisco Henriques pelas informações complementares sobre as estações do Castelejo e da Grelheira; ao Dr. Marcos Daniel pelas informações referentes a recentes achados de cerâmicas em Vilar Maior.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1988) – *Roman Portugal*. Aris & Philips Ltd., Warminster.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el periodo orientalizante en Extremadura*. Madrid, Biblioteca Praehistorica Hispana, vol. XIV.
- ALMEIDA, C. A. F. (1995) – “Caminhos Medievais no Norte de Portugal”, in *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago*. Itinerários Portugueses, Xunta de Galicia, pp. 339-356.
- ALVAREZ ROJAS, A. e GIL MONTES, J. (1988) – “Aproximacion al estudio de las vias de comunicacion en el primer milenio antes de Cristo en Extremadura”. *Trabajos de Prehistoria*, 45, pp. 305-316.
- ANTUNES, M. T. (1992) – “Povoados do Bronze Final da Beira Baixa – Alegrios, Moreirinha e Monte do Frade: elementos arqueozoológicos”. *Conimbriga*, XXXI, pp. 31-39.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C. e HENRIQUES, F. (1997) – “Duas estruturas habitacionais da Idade do Bronze do Monte de São Domingos (Castelo Branco)”, *Colóquio A Pré-história na Beira Interior*. Tondela (no prelo).
- CHEVALIER, R. (1972) – *Les voies romaines*. Armand Colin, Paris.
- CHILDE, G. (1973) – *Progreso y Arqueologia*. Buenos Aires, Editorial la Pléyade.
- GÁLAN DOMINGO, E. (1993) – *Estelas, Paisaje y Territorio en el Bronce Final de la Peninsula Iberica*. Complutum extra 3, Madrid.
- GASPAR, J. (1970) – “Os portos fluviais do Tejo”. *Finisterra*, V (10), pp. 153-204.
- GOMES, M. V. (1992) – “As comunicações na Proto-História em Portugal”, in *Encuentros sobre el Tajo: el territorio y las comunicaciones*. [Cuadernos de San Be-

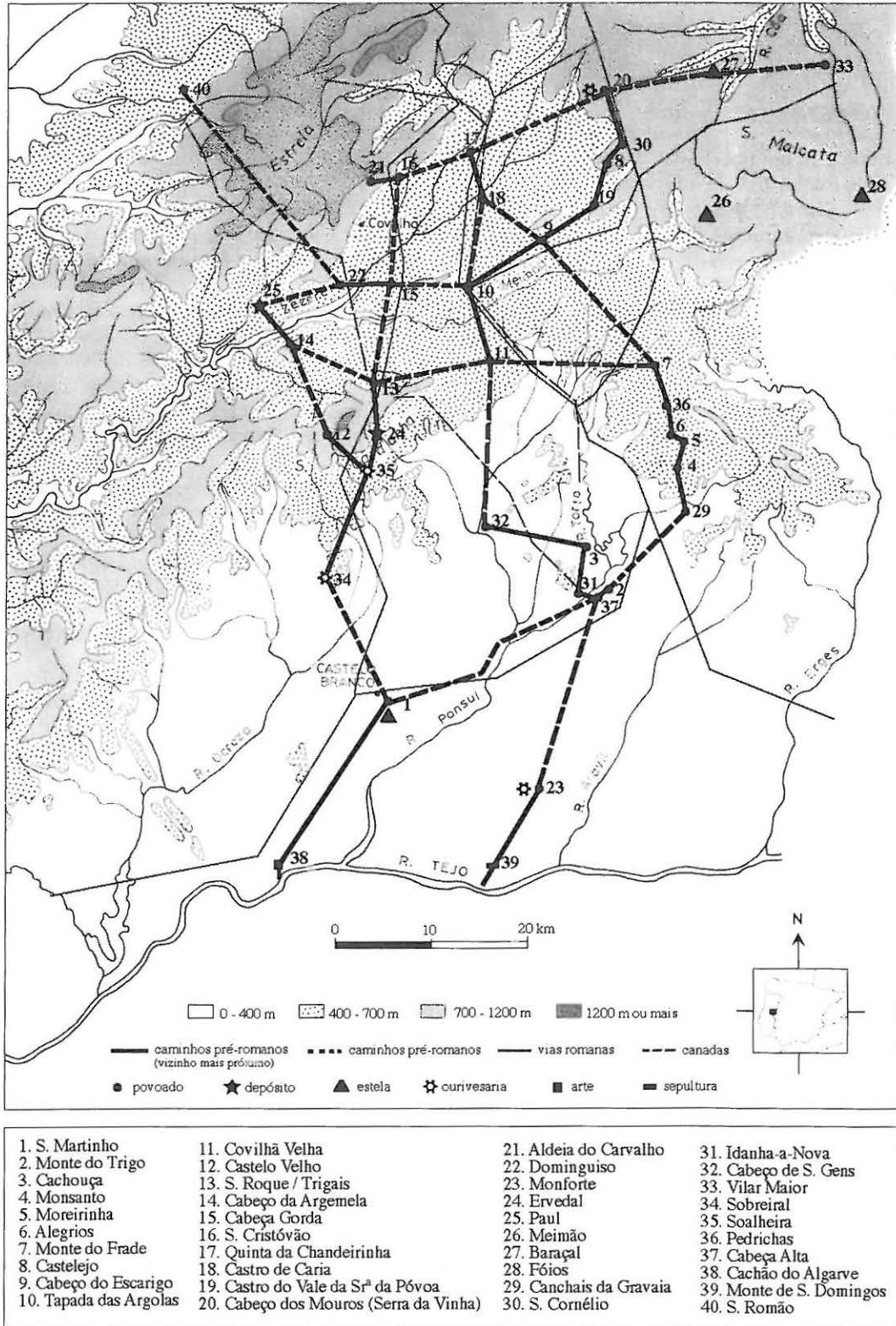


Fig. 2

- nito], 3, Fundación San Benito de Alcantara, Zaragoza, pp. 15-30.
- HENRIQUES, F. e CANINAS, J. C. (1986) – “Nova contribuição para a Carta Arqueológica dos Concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa”. *Preservação*, 7, Núcleo Regional de Investigação Arqueológica.
- HENRIQUES, F.; CANINAS, J. C. e CHAMBINO, M. (1993) – “Carta Arqueológica do Tejo Internacional”. *Preservação*, 16, Núcleo Regional de Investigação Arqueológica.
- INGOLD, T. (1986) – *The appropriation of nature. Essays on human ecology and social relations*. Manchester University Press.
- LUCAS, A. C. (1965) – “Subsídios para o estudo de etnociologia pastoril da Serra da Estrela”. *Arquivo Coimbrão*, XXI-XXII.
- REID, P. E. W. (1986) – *An analysis of trade mechanisms in European Prehistory*. University Microfilms International, An Arbor, Michigan.
- RIBEIRO, O. (1940-41) – “Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela”. *Revista da Faculdade de Letras*, VII (1-2), Universidade de Lisboa, pp. 213-303.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H. e DAVEAU, S. (1987) – *Geografia de Portugal. I. A posição geográfica e o território*. Lisboa, Edições Sá da Costa.
- RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1992) – “Orientaciones teoricas sobre intercambio y comercio en Prehistoria”. *Gala*, 1, pp. 87-101.
- SHERRATT, A. (1983) – “The secondary exploitation of animals in the Old World”. *World Archaeology*, 15 (1), pp. 90-104.
- TRINDADE, M. J. (1981) – “A Vida Pastoril e o Pastoreio em Portugal nos séculos XII a XVI”. In *Estudos de História Medieval e outros*, Lisboa, Ed. História e Crítica.
- VILAÇA, R. (1995a) – *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*. Série “Trabalhos de Arqueologia”, nº 9, IPPAR, Lisboa, 2 vol.
- VILAÇA, R. (1995b) – “Hierarquização e Conflito no Bronze Final da Beira Interior”, *Colóquio Internacional “Existe uma Idade do Bronze Atlântico?”*, Lisboa (no prelo).
- VILAÇA, R. (1997) – “Produção, consumo e circulação de bens na Beira Interior na transição do II para o I milénio a.C.”. *Colóquio A Pré-história na Beira Interior*, Tondela (no prelo).
- VILAÇA, R.; SANTOS, A.; PORFÍRIO, E.; MARQUES, J.; CORREIA, M. e CANAS, N. (1997) – *O povoamento do I milénio a.C. na área do concelho do Fundão: pistas de aproximação ao seu conhecimento*. Fundão (no prelo).